



XII SEMINÁRIO DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TERRITÓRIOS POSSÍVEIS – PARADIGMAS DA
GEOGRAFIA CONTEMPORÂNEA

UNESP / PPGG

FENOMENOLOGIA POLÍTICA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS:

Arendt, Habermas e Jacobs

Luiz Tiago de Paula
Rafael Bastos Ferreira

Introdução

Polir, civilizar e compartilhar são algumas das palavras que aparecem em dicionários de língua portuguesa para definir e qualificar a palavra urbano. Sobre as correntes científicas, as análises ultrapassam os elementos linguísticos e são aprofundados no sentido de compreender e explicar quais os preceitos para a existência de uma vida urbana. Se pudéssemos perseguir a essência daquilo que permanece entre os diferentes significados dessa palavra, os termos que se referem à vida cívica, de compartilhamentos e trocas, provavelmente se repetiriam entre os discursos. Isso significa que discutir o urbano passa obrigatoriamente sobre a organização da vida coletiva nas cidades. Deste modo, os espaços de uso coletivo são essenciais para entender e diagnosticar as crises e as transformações das “possibilidades urbanas”. Entre os lugares de convivência, os espaços públicos são o maior legado de uma experiência essencialmente pública da cidade, tanto pela sua constituição histórica quanto pela sua importância à construção da diversidade e de uma cidadania plural (ARROYO, 2003).

Dentro da literatura sobre espaços públicos uma das análises altamente debatida é a da significância da vida pública nas cidades modernas. As reflexões procedem da premissa de que a esfera pública foi radicalmente desvalorizada como uma poderosa ideia política e social na cidade moderna (GOHEEN, 1998). Esta interpretação, baseada nos textos de Richard Sennett, Habermas e Arendt, entre outros, aponta que o interesse sobre a cidadania em espaços públicos tem diminuído, uma vez que se tenha excluído a participação social dos debates sobre as questões públicas essenciais. Para alguns, isso expressa o conflito entre o desenvolvimento do capitalismo e os direitos coletivos da cidadania.

Ao considerar esse processo, entendemos que as transformações dos espaços públicos implicam em buscar fenomenologicamente como a crise da vida urbana é afetada sob todas as esferas concernentes aos indivíduos, grupos sociais e lugares. Se tal crise é, como afirma Simmel (1973), inerente a uma estrutura que torna o indivíduo um elo entre a organização de coisas e os poderes que lhe tiram das mãos todo progresso, espiritualidade e valores, a vida nas cidades poderia ser um genuíno cenário dessa cultura que extravasa do indivíduo toda sua vida pessoal.

O objetivo do presente artigo é, ainda que em forma de ensaio, fazer uma fenomenologia política da crise dos espaços públicos a partir de três obras e autores – A condição Humana de Hannah Arendt, Mudança estrutural da esfera pública e Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas e Morte e Vida de Grandes Cidades de Jane Jacobs. A semelhança desses autores que permitem uni-los em uma mesma crítica é a falibilidade do papel da modernidade diante dos problemas da vida urbana contemporânea. Através de uma escavação dos sentidos, serão apresentadas três perspectivas, dadas por cada autor, ao criticar o projeto político da modernidade e sua repercussão ao fenômeno espaço público.

Pode-se causar estranheza à primeira impressão do emprego do termo fenomenologia, uma vez que nenhum dos três autores são comumente relacionados a essa corrente filosófica, mesmo suas obras tendo os traços fundamentais de um esforço fenomenológico. Arendt (2004), por exemplo, ao buscar as condições da existência humana, percorre os sentidos e a crise ontológica do trabalho (em labor) e coloca em suspensão os preceitos do estruturalismo histórico de Karl Marx. Do mesmo modo, Habermas (1987; 1990) critica o distanciamento da política ao mundo-da-vida, conceito caro à fenomenologia husserliana, e Jacobs (2000), ao criticar o racionalismo exacerbado do planejamento urbano e salientar em como é relevante entender como as pessoas vivem as ruas da cidade, também se aproxima de um propósito fenomenológico, um retorno ao mundo-vivido.

Arendt e a construção do espaço público: crise existencial e os rebates para ação e vida política

A obra “A condição humana” de Hannah Arendt talvez seja uma das obras mais profundas no sentido de compreender as bases existências que condicionam a vida política, *conditio per quam*. Nesta obra, a análise ontológica sobre o trabalho e a

sua diferença do labor cria um repertório de elementos constituintes capaz de questionar a história e a política, enquanto projetos. As questões e críticas levantadas pela autora culminam em uma modernidade pretensa, cujas consequências de seu modelo causaram rupturas e lacunas em todas as esferas da vida do indivíduo (ARENDR, 2004).

Através da história antiga, Hannah examina os problemas relacionados à vida política até o indivíduo moderno, ao deparar-se com o binômio das esferas pública e privada. É ainda no germe do pensamento grego que a capacidade de organização política é intencionalmente colocada em uma posição oposta aquilo que se referia à casa (*oikia*) e à família, associação natural à vida privada. O surgimento da *polis* significava que o indivíduo receberia, além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*. Ou seja, o cidadão – ainda que “privilegiado” pelas condições de status de classe social e gênero, uma vez que na Grécia Antiga, a igualdade significava viver entre pares e lidar somente com eles – passa a pertencer a duas ordens de existência: primeiro, a sua vida e tudo aquilo que lhe é próprio, o *idion*, e a outra que representa tudo aquilo que deve ser compartilhado e comum entre seus iguais, o *koinon* (ARENDR, 2004).

Essa separação das esferas pública e privada em entidades diferentes tem sua crise com o surgimento da era moderna e a ascensão de outra esfera, a esfera social. Esta, sustentada pelo aparelho do estado nacional, não é pública e nem privada no sentido restrito do termo, mas uma esfera que está contida em uma estrutura que escapa à oposição entre as duas primeiras. Para Arendt (2004), no mundo moderno, as esferas social e política passaram a se diferir muito menos entre si e a política passou a ser apenas um fato da sociedade – em que a ação e o discurso são, fundamentalmente, superestruturas assentadas no pensamento social.

Ressalvado às possibilidades de definição entre política e política moderna, a superestrutura ao qual Arendt (2004) se referia não derivava da obra de Marx, mas é uma das premissas axiomáticas da economia política que a corrente marxista pouco se preocupou. A ascensão da esfera social teve como efeito colateral a confusão entre as esferas pública e privada, um quadro que gerou uma funcionalização ou tomada utilitarista da política (no plano da esfera social), tornando-se quase impossível perceber o abismo existente entre esfera política e esfera privada – “as duas esferas constantemente recaem uma sobre a outra, como ondas no perene fluir do próprio processo da vida” (ARENDR, 2004, p.42).

Ainda ao fazer o paralelo à cidadania grega, em que a igualdade da esfera política tinha muito pouco a ver com o conceito moderno de igualdade, na Grécia Antiga, por exemplo, quem quer que vivesse unicamente na vida privada - como os homens escravos, bárbaros e mulheres - não podia participar da esfera pública e não era considerado como inteiramente humano. Este aspecto, na modernidade, não mais nos ocorre, pois a esfera privada, transbordada a seus limites, deve seu enorme enriquecimento ao moderno individualismo.

É importante ressaltar que ser visto e ouvido por outros é fundamental pelo fato de que todos se relacionam de modos e ângulos diferentes. É nesta riqueza de interações que reside o significado da vida pública, em que a reclusão à vida privada, mesmo que mais fecunda e satisfatória, apenas pode oferecer o prolongamento ou a multiplicação do próprio indivíduo, com os seus respectivos aspectos e perspectivas (ARENDDT, 2004).

Hannah não foi a única a criticar o moderno individualismo, Sennett (1988), ao discorrer sobre o declínio do homem público, traduz a expansão da esfera privada em uma tirania da intimidade. Para ele, esta expansão nada mais é do que a tentativa de resolver problemas que estão no nível público e coletivo à esfera privada da intimidade.

Essa crise anunciada por Hannah, e também por Richard Sennett, reside no distanciamento, político e institucional, entre a esfera individual, que foi reduzida à vida privada, e a esfera social, que transformou a esfera pública em somente um fato da sociedade, ou seja, um instrumento político externo ao indivíduo. Neste sentido, Arendt (2004) diagnostica alguns problemas de ordem política a uma crise existencial, em que o rompimento entre o *idion* e o *koinon*, e a supremacia do primeiro sobre o segundo, configura um quadro de problemas que são forçosamente transplantados para esfera social e esta, por sua vez, não garante a resposta necessária que lhe é exigida.

Em termos práticos, a esfera social, entendida como um aparato institucional do Estado, no caso de um Estado Democrático de Direitos, como o Brasil, a proteção civil - tema aclamado sobre os debates da segurança pública em espaços urbanos - é responsável pela garantia das liberdades fundamentais e da defesa das pessoas e de seus bens. Essa proteção está concentrada no papel do Estado e quando está estrutura revela seus elementos de falibilidade, a sensação de exposição e vulnerabilidade é potencializada por uma proliferação de riscos.

O ponto fundamental é de que o indivíduo, desprovido de suas pertencas coletivas, a esfera pública, e abandonado pela esfera social, encontra-se desamparado a determinados perigos, estando por conta própria incumbido de criar, no seu íntimo ou nos recursos capitais dos quais dispõe, como a contratação de serviços privados, para garantir a própria proteção e dos seus. Castel (2005) denomina este fenômeno como uma sociedade de indivíduos *disembedded* (desencaixados). A leitura que fazemos, segundo o raciocínio de Arendt (2004), consiste em considerar que este desencaixe não é simplesmente uma criação da era moderna, mas uma crise ontológica que se encontra no germe da cultura política ocidental, ao fragmentar a vida segundo as funcionalidades de cada esfera, produzindo problemas que estão contidos em mais de uma delas, mas que comumente são destinados a apenas uma (ARENDR, 2004).

A implicação dessa crise existencial para pensar o declínio dos espaços públicos em grandes centros urbanos é a fragilidade da ação e vida política. Se considerarmos que os espaços públicos são territórios de convivência e afirmação política, um lugar compartilhado, onde as demandas sociais são passíveis de ser apresentadas entre diferentes indivíduos e grupos sociais (BORJA; MUXI, 2000; MITCHEL, 1996; 2003), temos um problema que reside para além das condições materiais da infraestrutura urbana. A crise a qual Arendt (2004) nos coloca é anterior à dicotomia público-privado e seus limites normativos e legais (BOBBIO, 1987), ela está na própria essência dos sentidos daquilo que entendemos como público e como política, o *bios politikos*.

O desejo de se resgatar a vida pública nas cidades passa, evidentemente, em como o Estado produz e reproduz os espaços urbanos, ao priorizar a criação de espaços privados e privatizar espaços públicos, recorrente aos processos associados ao fenômeno de gentrificação. No entanto, a escavação fenomenológica da política que Hannah Arendt nos apresenta faz com que nada escape a uma profunda revisão interna dos preceitos da vida pública e da *vita activa*, da ação política. Nem mesmo a corrosiva condição de uma sociedade consumista está isenta a uma cuidadosa reflexão da seguinte questão: Que é o ser humano e quem são estes seres humanos que aclamam por mais vida pública nas cidades? O direito à cidade para cunhar um termo bem desenvolvido na literatura (LEFEBVRE, 1991) parece ser uma questão bem mais profunda do que a fragilização do Estado sobre a garantia da manutenção dos espaços públicos.

Só a existência de uma esfera pública e a subsequente transformação do mundo em uma comunidade de coisas que reúne os homens e estabelece uma relação entre eles depende inteiramente da permanência. Se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais (ARENDR, 2004, p. 64).

É esta visão humanística que a obra de Hannah Arendt pode melhor contribuir para o entendimento da crise aqui anunciada. Os problemas vinculados aos espaços públicos na cidade moderna estão para além das escalas temporais que a política, em seu sentido mais restrito, está acostumada a lidar. Eles estão contidos em todas as esferas, individual e coletiva, pública, social e privada. A perturbação cívica da cidadania, a falta de segurança, a desconfiança, o medo e a repulsão pela diversidade e co-presença de distintos são apenas elementos projetados por essa fragmentação da vida. Deste ponto, colocaremos “em suspensão” o debate sobre a crise da esfera pública e buscaremos, com Habermas, resgatar como o processo de fragmentação e racionalização da vida na modernidade causou o afastamento das esferas social e política do mundo da vida, o *Lebenswelt*.

Habermas: a racionalidade científica e o distanciamento do mundo da vida

Nesta seção a crítica à racionalização e fragmentação da vida se tornará mais evidente. Para isso, faremos um esboço de como o imperativo da razão científica se deu em seus moldes epistemológicos e como este processo repercutiu às dimensões externas às ciências, alcançando as esferas políticas, ao próprio ser e práticas vida cotidiana.

Antes mesmo de entrarmos nas ideias de Habermas, vale a pena fazer alguns recortes analíticos da fenomenologia em que o próprio Habermas fez uso. Já nas primeiras páginas de sua obra, *Krisis*¹, Husserl (2012) lança mão de uma constatação decisiva e fundamental: “Meras ciências de fatos fazem meros homens de fatos” (HUSSERL, 2012). Esta crítica inicial que remonta uma avaliação epistemológica abre um conjunto de advertências no seio do advento das ciências modernas do final do século XIX. Não há dúvidas, que este empreendimento científico se fez consagrar sob a afirmação enquanto conhecimento válido da natureza e do homem pela sua objetividade metodológica e, por outro lado, dado ao

sucesso de seu sistema lógico no estudo do mundo e da realidade na sua forma fragmentada e racionalista. Não obstante, para Dilthey (2010, p. 37) “as ciências humanas não formam um todo dotado de uma constituição lógica (...)”, ao contrário do conhecimento natural (HUSSERL, 1965, DILTHEY, 2010). De fato, o arcabouço teórico positivista não se restringiu às ciências naturais, mas as próprias ciências humanas, acentuando uma visão da teoria do conhecimento que dicotomizou a relação sujeito e objeto. Com isso, portanto, tais ciências passaram a partir dos métodos matemáticos e probabilísticos conduzir para um caminho triunfante do modo de fazer ciência e, além do mais, lhes fez pretender às possibilidades da teoria do conhecimento (HUSSERL, 2012). Tal sucesso dirigiu a própria filosofia nos moldes de uma ciência especializada e metódica (HABERMAS, 1990).

Com efeito, em sentido geral, o século XX afirmou definitivamente a produção de um conhecimento científico, assim, os rebatimentos sobre a forma de conceber o fenômeno mundano e a vida teve suas consequências. Portanto, diante deste quadro, fez com que Husserl apontasse no conjunto de sua crítica uma “crise das ciências” e da vida em sentido geral: uma crise da razão. De fato, uma crítica epistemológica à constituição das ciências positivas e/ou modernas no seio de seus pressupostos, como fora amplamente discutidas por Dilthey, Husserl, Thomas Kuhn, Foucault, etc., necessita ainda hoje de uma profunda avaliação de sua própria condição vigente. O epistemológico tornou-se incapaz de controlar soberanamente todo o conhecimento. Assim para Couto (2011, p. 14) “A epistemologia se transformou num lugar de incerteza e de diálogo. Devido a isto, impõe-se a necessidade de considerar que o estatuto epistêmico atual (que inclui os modos culturais de compreender, pensar e agir) exige a descoberta e o emprego do método interdisciplinar (...)”. Neste último caso, esta seria uma via de contorno a esta racionalidade científica em detrimento a sua fragmentação disciplinar. De forma mais decisiva, nos interessa saber até que ponto este conhecimento teve influência significativa na vida mundana, estritamente, nos mobilizando a pensar o fazer política pública, a condição dos espaços públicos a partir de uma “escavação” rigorosa. Com isso, uma fenomenologia do espaço público é chamada a sua tarefa diante de uma evidência de crise.

A fragmentação do saber se estendeu não somente no campo da produção do conhecimento, mas sobretudo, tendo seus rebatimentos na própria estrutura da vida cotidiana em geral: escolas, empresas, trabalho, universidades, etc. Nesse

sentido, caberia à pergunta: até que ponto esta condição foi intencional? Certamente, buscar responder esta questão nos deixaria no meio do caminho; o que nos parece decisivo é pensar que esta mesma estrutura (as instituições em sua funcionalidade geral, especialmente) assume internamente pouca questionabilidade no seu modo de fazer políticas e conhecimento. Logicamente, não se trata de cegueira generalizada, mas sim, de uma racionalidade verticalizada que dicotomiza o homem em todos seus atributos fundamentais de estar-no-mundo – “meros homens de fatos”. Certamente, esta racionalidade encontra seus problemas nos mais variados níveis, todavia, daremos uma atenção não aprofundada a comunicação e a linguagem nesta seção.

Algumas consequências em detrimento de uma falta de diálogo com a vida cotidiana (no seu mundo vivido) foi o surgimento de grupos mobilizados em busca de espaços nos mais variados níveis políticos. Assim, as pessoas não estão desejando apenas uma mera participação no planejamento, mas sobretudo, “nos processos de tomada de decisão em todos os campos da vida social mostrando-se essencial para que este processo de abandono do espaço público e da cidade não se complete” (MARANDOLA JR.; DE MELLO, 2009, p. 64). Não é de tamanha estranheza, que as políticas públicas têm tido grandes dificuldades no que tange suas ações de aproximação com a vida cotidiana. O que se pode pensar é a evidência de um distanciamento entre o planejar das políticas públicas com a vida cotidiana, tendo como consequências uma arbitrariedade no seu início, meio e fim.

Na ética e na moral kantiana, há a advertência de nunca tratar as pessoas como meio, mas sim, como fim. De modo geral, têm-se configurado um declínio da representatividade na esfera pública e não se pode pensar a representatividade fora dela, muito menos, como uma “coisa” da esfera privada (HABERMAS, 2003). Não obstante, vê-se que as formas de planejamento ou de implementações das políticas públicas acabam impondo normatizações e afetando o cotidiano das pessoas sem seu consentimento ou possibilidade de participação ou mesmo de expressar opinião. Assim, os sujeitos não têm sido vistos como ativos dentro de um todo, mas apenas, como um mero observador.

Portanto, no plano ideal deveriam eles ser participante do jogo político, das tomadas de decisões, etc., por outro lado, avesso ao alargamento fragmentário das estruturas institucionais, há necessidades de um retorno ao mundo da vida (*lebenswelt*) como uma busca de uma resignificação do sentido. Com isso,

Habermas tomará de Husserl este conceito como solo originário da vida significativa para construção de sua teoria do agir comunicativo. Além do mais, é neste horizonte de possibilidades que para o autor o estudo do mundo vivido (no plano da intersubjetividade e não meramente uma construção subjetiva) teria tal importância para uma tomada de consciência de que eles são parte diante de um todo (GRADISKI, 2011). Resumindo de forma simples, o *lebenswelt* seria a possibilidade da crítica epistemológica e do conhecimento, pois, é pré-científico (nasce antes) e a ciência, por seu turno, se funda nele. Este retorno significaria um voltar ao solo originário e fundante, que põe fora de vigência o mundo predicativo e sua tematização. Conforme Goto (2013, p. 41) “o mundo-da-vida é o lugar em que se origina a experiência pré-científica, ou seja, a experiência não-teórica, mais originária, evidente e universal que implica a experiência mesma da subjetividade”.

Cabe ponderar, que Habermas faz uso da noção da *lebenswelt* como um conceito complementar do agir comunicativo e não ele em si mesmo como fundamento essencial para a construção de suas teses. Desse modo, “*el concepto de mundo de la vida lo introduce provisionalmente, y, por cierto, desde la perspectiva de una investigación reconstructiva. Constituye un concepto complementario del de acción comunicativa*” (HABERMAS, 1987, p. 169). Ainda segundo o autor, Husserl não teria alcançado ou negligenciou a prática comunicativa cotidiana ao formular o mundo da vida, isto é, a intersubjetividade linguística. Numa crítica a sociologia, Habermas pondera que o mundo da vida não pode ser visto como um conjunto fragmentado de sistemas culturais, instituições, etc., mas sim, na sua forma conjunta e estruturada – imanente.

É verdade que os sujeitos que agem comunicativamente experimentam seu mundo da vida como um todo que no fundo é compartilhado intersubjetivamente. No entanto, essa totalidade, de devia decompor-se aos seus olhos no instante da tematização e da objetivação, é formada pelos motivos e habilidades dos indivíduos socializados, pelas auto-evidências culturais e pelas solidariedades grupais. O mundo da vida se estrutura através de tradições culturais de ordens institucionais e de identidades criadas através de processos de socialização (HABERMAS, 1990, p. 100).

Neste intento, o autor está rebatendo a singularidade do sujeito, seja ele pensado como um mero membro de uma associação ou dentro de uma coletividade nas suas formas singulares. A citação supracitada, existiria no seio dessa

socialização uma ação comunicativa linguística, de fala e gramática comum que escaparia de uma noção de sujeito como meros fatos históricos. Assim, o mundo da vida deixaria de ser recipiente e os sujeitos apenas como parte de um todo, passando por sua vez, como solo fundante da prática comunicativa cotidiana, em que os sujeitos se “alimentam” conjuntamente dentro de sua estrutura. Portanto, Habermas já tinha apresentado no Segundo Volume de sua obra “Teoria da ação comunicativa”, uma crítica mais detalhada sobre esta questão:

Los conceptos de mundo de la vida usuales en sociología comprensiva parten de representaciones cotidianas que en principio sólo sirven a la exposición narrativa de acontecimientos históricos y de situaciones sociales”. De este horizonte se desliga la investigación de las funciones que la acción comunicativa desempeña para el mantenimiento de un mundo de la vida estructuralmente diferenciado. (HABERMAS, 1987, p. 170).

Além das ponderações à sociologia compreensiva, Habermas está no cerne da crítica do próprio empreendimento positivista como se apresentou. Por outro lado, tenta contrapor a Razão Prática de Kant à ideia de auto-referenciamento do sujeito ou ao que se chamou de filosofia do sujeito (OLIVEIRA, 1999). No conjunto dessas questões, o mundo da vida ganha sentido, em primeiro lugar, para uma crítica aos modos de uma democracia pouco solidária, da ideia de Estado moderno, assim como, os problemas da representatividade na esfera pública; em segundo, abrindo espaço para um “lugar” pluralista e de resgate da prática comunicativa cotidiana – o surgimento de uma comunidade linguística.

Aveso a uma racionalidade instrumental que se impõe hoje, Habermas pensa uma racionalidade comunitária que pretende uma concepção longe da lógica fragmentária do “mundo privado”. Nesse sentido, resumidamente, algumas críticas se apresentam nestes termos fundamentalmente: a) o homem reduzido a um mero papel; b) em decorrência, as pessoas deslocadas do mundo da vida; c) a limitação de que algumas pessoas têm acesso e outras não ao jogo político. Diante disso, o *lebenswelt* na prática comunicativa busca considerar a diversidade das experiências humanas e comunitárias e, desse modo, como possibilidade que permitiria uma autocrítica da modernidade (CASALLO, 2013).

Para Habermas (1990, p. 67) “é preciso falar a mesma linguagem e como que entrar no mundo da vida, compartilhando intersubjetivamente por uma comunidade linguística (...)”. Conforme Berger; Luckmann (1985) a realidade da vida cotidiana é

a realidade de todos; ela é tensa e intensa e experimentada em sua totalidade. Com efeito, a realidade da vida cotidiana além de se manifestar objetivamente ela é também intersubjetivo, pois se compartilha com outras pessoas – mundo de todos. Certamente, ninguém vive no mundo com os outros sem interações. Portanto, retornar ao mundo da vida é encontrar-se genuinamente com a realidade da vida cotidiana das pessoas, isto é, como as pessoas enxergam o mundo e experienciam segundo sua corporeidade, sua subjetividade e objetividade, ou segundo suas percepções externas e internas. Ação Comunicativa: aqueles processos articulados em esferas comunicativas livre de domínios e que estão orientados para o consenso e o entendimento mútuo. Nesse sentido, a linguagem em Habermas busca uma garantia de retomada da democracia, ou seja, a possibilidade política para um livre processo comunicativo que visa o entendimento de acordos consensuais em decisões coletivas.

Embora Habermas tenha sofrido críticas sobre a primazia de uma “linguistificação”, iniciou um caminho na sociologia que reverbera como possibilidades à ciência geográfica de proximidade nos estudos, isto é, a maneira como compreendemos o espaço, as cidades e a experiência urbana, porém, a partir de uma abordagem fenomenológica. Por fim, consideramos afirmativo, que para reverter o quadro de afastamento das pessoas do processo político e tornar a formulação e implantação de políticas públicas eficazes, é necessário que haja o retorno ao mundo da vida; é nesse sentido, que embora Habermas não tenha sido um teórico da fenomenologia, abre um campo de investigação (no estudo da linguagem e da intersubjetividade), que promove a possibilidade de uma fenomenologia do espaço público. Estes rebatimentos são, em outros planos discursivos, facilmente identificados na obra de Jane Jacobs que descreveremos a seguir.

Jacobs: entre a cidade planejada e a morte dos espaços públicos

As cidades estão, por definição, cheias de desconhecidos, anunciava Jane Jacobs em sua obra *Morte e Vida de Grandes Cidades*. Mesmo com o adensamento de áreas residenciais ou comerciais, quando os lugares não possuem um centro aglutinador que permite o encontro e a diversidade de indivíduos e atividades, a cidade tende a tornar-se um amontoado de interesses isolados (JACOBS, 2000).

Com essa constatação, a autora passa a observar a importância que as ruas e outros espaços públicos possuem para garantir a vida pública em áreas urbanas. A crítica que permeia toda a obra é sobre a distância que existe entre o planejamento urbano moderno e as dinâmicas cotidianas da cidade.

Segundo Seamon (2013), partindo de uma postura fenomenológica, a autora procura relatar a ignorância profissional e política da importância crucial às categorias do mundo-vivido, como a atitude natural, lugar e o “balé das ruas”, o que o próprio Seamon (1980) chamou de “dança do lugar”.

Though Jacob's work has never been associated with phenomenology, one can argue that, in terms of method and findings, *Death and Life* illustrates an implicit phenomenology of urban place. Jacobs contended that primary engine of robust urban districts is diversity – an intricate, close-grained mixture of uses, activities, and environmental elements that mutually support each other, spatially, socially, and economically (SEAMON, 2013, p.10).

Esta ideia de balé das ruas é fundamental uma vez que procura aproximar-se de fenômenos diários que estão contidos à esfera pública das cidades, mas que da perspectiva formal, são poucos avaliados para pensar as transformações dos espaços urbanos. Jacobs (2000) foi uma atenta observadora dos laços de intersubjetividade, conceito tão caro à fenomenologia, e que autores como David Ley se debruçou para pensar a estrutura social e as geografias da vida diária.

Intersubjectivity is a fundamental building block of social reality (Schutz, 1970). The term emphasizes the shared basis of experience within the life-world – that we can indeed have access to each other's subjectivity and meanings so that everyday life can be collective rather than solitary. Upon this concept and others may be developed a social model of man in the city (LEY, 1983, p. 172).

Quando a autora reflete sobre a segurança das ruas, ela não necessariamente se concentra aos aparatos institucionais responsáveis pela proteção civil, como por exemplo, o papel da polícia, porém apresenta a importância do sentido de lugaridade ao plano intersubjetivo. Segundo a autora, a segurança das ruas é eficaz quando ela é mais informal e envolve menos traços de hostilidade e desconfiança entre as pessoas que ali estão e que, de forma espontânea e subconsciente, estão policiando (JACOBS, 2000). Mesmo que este sentido de

intersubjetividade e segurança possam ser criados em diferentes circunstâncias, segundo o perfil de seus usuários e o contexto geográfico que estão inseridos, a preocupação quanto à criação, manutenção e usos dos espaços públicos, para Jacobs (2000), passa necessariamente pelo papel do Estado como órgão planejador.

O planejamento urbano, através do plano diretor, pode ser considerado como o instrumento mais controlador que o Estado já teve à sua disposição para interferir na organização do espaço urbano. Suas ferramentas alcançam uma amplitude capaz de interferir em propósitos de diferentes setores da dinâmica da cidade, desde os setores habitacional, de transporte e educacional até na própria reorganização administrativa do órgão que o planifica (NYGAARD, 2005). Dado este poder, é inevitável pensar quais são ou seriam as visões de mundo sobre o qual esses planos são desenhados, uma vez que são estas visões a base para os métodos e procedimentos executados.

Uma crítica sobre os preceitos da modernidade e à racionalização da vida permanece, na medida em que a crença sobre a categorização de políticas e zoneamentos das cidades, dimensionados apenas sobre o ponto de vista de modelos e estatística, permanece a ser como única via para expressar efetivamente os aspectos mais relevantes para a vida urbana. Jane Jacobs, ao pensar no esvaziamento dos espaços públicos, acusa o planejamento urbano de uma espécie de “pseudociência” que insiste em planejar a cidade ideal, simplista e sem conflitos, segundo seus desejos puramente teóricos (JACOBS, 2000). A autora faz a crítica justamente à miopia existente entre a visão dos planejadores em desenhar a cidade “do papel” e a dinâmica da cidade vivida. Ilusoriamente, muitas vezes convencidos quanto à autonomia do plano teórico às rotinas cotidianas, técnicos envolvidos com as políticas urbanas se sentem à vontade para desautorizar os pontos de vistas da população a respeito do futuro da cidade e legitimar uma única visão de mundo, amparada por métodos e procedimentos técnico-científicos, para atingir o patamar “adequado” de qualidade de vida (ARANTES, 2000).

As “ruas sem olhos” e os parques impopulares podem ser muitas vezes alvo de vandalismo, quando o abandono pelos seus usuários está em questão. Contraditoriamente, o desgaste pelo excesso de uso combinado com o descaso pelos órgãos responsáveis pode ter o mesmo efeito, o esvaziamento do espaço público. É neste limiar que a esfera social e a pública criam seus laços de tensões, a

ponto de a primeira se valer de mecanismos para valorar ou desvalorizar interesses que não estão contidos à segunda. Dentro do contexto atual, os processos de gentrificação e alienação, sem demonstração de interesse público, são os exemplos mais ilustrativos dessa situação urbana.

Processos de alienação, doação ou venda de bens públicos, através de leis específicas, para empresas privadas com o discurso de incremento da economia e melhoria das condições sociais partem do pressuposto de que a lógica de mercado prescinde a necessidade da co-presença de seus habitantes, seus símbolos e o exercício da cidadania. O mesmo vale para processos de gentrificação, os quais aprofundam os mecanismos de segregação entre grupos sociais no espaço urbano, onde parcela da população está convencida de que os espaços públicos não fazem mais sentido para os valores e estilos de vida contemporâneos na cidade. A disseminação de condomínios, enclaves fortificados é a própria negação da vida pública, em seu sentido mais amplo, em espaços urbanos (MELGAÇO, 2012).

O planejamento urbano, portanto, deveria se reinventar ao considerar que a diversidade e pluralidade são as maiores marcas de uma cidadania mais justa e segura, e não a segregação e isolamento como queira os desejos do mercado. Jacobs (2000) afirma que enquanto áreas verdes e parques públicos serem vistos apenas como potenciais agregadores de recurso para investimentos do mercado imobiliário, pouco poderá se pensar em diversidade de usos e apropriação pública daquele espaço, uma vez que o papel do mercado é destiná-lo ao um grupo social específico e homogêneo.

Tais críticas tratam-se, assim, de uma exacerbação da racionalização do espaço urbano, em que projetos fragmentários, ações setoriais e planos estratégicos configuram um emaranhado de operações e concorrências políticas tão restritas ao imperativo de desenvolvimento urbano (RODRIGUES, 2008) que a noção da cidade como uma estrutura centrada e totalizante da vida pública se perde, fazendo com que os espaços públicos deixam sua proeminência como categoria universal para pensar a cidade para todos.

Considerações fenomenológicas a cerca da Geografia e o espaço público

Na análise do espaço público urbano, forma e conteúdo são, portanto, indissociáveis, e uma discussão sobre tal tema passa necessariamente pela difícil articulação entre os aspectos que dão “concretude” à esfera pública

urbana e aqueles de cunho mais abstrato, que denunciam seu caráter intersubjetivo e a necessidade de uma abordagem fenomenológica do problema. (SERPA, 2004, p. 22).

O espaço público tornou-se um clichê, e tem se mostrado necessário e presente sobre a agenda política de diferentes demandas sociais (MITCHELL, 1996). Para além de sua centralidade simbólica, praças, monumentos e parques têm sido o epicentro de manifestações coletivas e palco de conflitos entre grupos sociais e o Estado. Não obstante, sua dimensão espacial tem gerado um campo de ações que escapa à compreensão analítica da multidimensionalidade de fenômenos que ali têm ocorrido. Essa dimensão espacial tem se revelado como um amplo campo de investigação pelo qual a Geografia está inserida.

Para autores como Serpa (2004) e Gomes (2010), com raras exceções (LEITE, 2007), a Geografia pouco se preocupou com a discussão dos espaços públicos. Um dos motivos é o intrínseco obstáculo que essa disciplina criou, ao estabelecer métodos próprios de uma investigação espacial e ter dificuldade de relacioná-los com as dimensões políticas e sociais de uma esfera pública urbana, imbuída de aspectos formais e estruturais associados aos confins normativos e jurisdicionais que mantêm sua forma e estabelece seus graus de acessibilidade física e social.

Não argumenta-se aqui a necessidade de estabelecer mais empenho sobre o entendimento e abordagens de estudos da sociologia política, que tem muitos trabalhos e certa tradição em relação ao tema (HOWELL, 1993), mas observar as condições ontológicas da dimensão espacial do espaço público. Esta faceta foi ignorada sumariamente por estudos mais tradicionais, o que reverberou uma “tomada espacial”, mais pragmática, quase exclusiva da arquitetura, urbanismo e áreas afins. No entanto, há muitos caminhos e possibilidades de temas suscitados pelo espaço público a ser relidos por campos teórico-metodológicos interdisciplinares, que passam necessariamente por uma revisão geográfica do tema e se aproxima aos usos efetivos desses lugares, analisando como as crises das esferas política e social se refletem sobre as práticas cotidianas – base de uma postura fenomenológica.

Há uma extensa literatura que diagnostica a morte dos espaços públicos (CARMONA, 2010; BASTIDA, 2012; GULICK, 1998). No entanto, pouco se tem escrito como ações de reapropriação da vida nestes mesmos espaços têm evoluído,

especialmente nas metrópoles brasileiras nos últimos anos (ROLNIK, 2012). Ambos os processos, esvaziamento e reapropriação, ocorrem simultaneamente. Por isso, torna-se ainda mais necessário levar a cargo alguns dos ensinamentos de Jane Jacobs – recolher a caderneta de trabalho de campo, vestir os calçados e andar pelas ruas calmamente para viver e observar os fenômenos da cidade que estão ocorrendo ao rés do chão.

Referências

ARANTES, Antonio A. **Paisagens paulistanas: transformações do espaço público**. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. (trad. Roberto Raposo) Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

ARROYO, Julio. Espacio público. Fenomenologias complejas y dificultades epistemológicas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. São Carlos. v.7, n.1, 2002.

BASTIDA, Verónica U. **El espacio público y el derecho a excluir**. Anthenea Digital, n.12, v.1, p.159-168, mar. 2012.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. (trad. Marco A. Nogueira) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BORJA, Jordi & MUXÍ, Zaida. **El espacio público: ciudad y ciudadanía**. Barcelona: Electa, 2000.

CASALLO, Víctor. **Estética y espacio público: una lectura de Hannah Arendt desde la comunicación**. Revista Conexión, N° 2, 2013.

CARMONA, Matthew. Contemporary public space: critique and classification, Part one: Critique. **Journal of urban design**, v.15, n.1, p. 123-148, 2010.

CASTEL, Robert. **A insegurança social: o que é ser protegido?** (trad. Lúcia M. Endlich Orth) Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

COUTO, Rita Maria de Souza. **Fragmentação do conhecimento ou interdisciplinaridade:** ainda um dilema contemporâneo. *revistafaac*, Bauru, v. 1, n. 1, p. 11-19, abr./set. 2011.

DILTHEY, Williem. **Introdução às ciências humanas:** tentativa de uma fundamentação para o estudo da sociedade e da história. (trad. Marcos Casanova) Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GOHEEN, P. Public space and geography of the modern city. **Progress in Human Geography**, v.22,n.4, p. 479-496, 1998.

GOMES, Paulo Cesar da C. **A condição urbana: estudos de geopolítica da cidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GOTO. Tommy Akira. **Fenomenologia, mundo-da-vida e crise das ciências:** a necessidade de uma geografia fenomenológica. *Geograficidade*, v.3, n.2, Inverno 2013.

GRADISKI, Anatoli Konstantin. **Mundo da vida e intersubjetividade linguística à luz da teoria evolutiva de Habermas.** *Kínesis*, Vol. III, nº 05, Julho-2011, p. 82-91.

GULICK, John. *The Disappearance of Public Space: An Ecological Marxist and Lefebvrian Approach.* In: Light, Andrew & Smith, Jonathan M. (Ed.). **The Production of Public Space.** New York: Rowman & Littlefield Publishers, Inc. 1998.

HABERMAS, Jürgen. HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flavio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Pensamento pós-metafísico** – estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa II** – Crítica de la razón funcionalista. Madri: Taurus, 1987.

HOWELL, Philip. Public space and the public sphere: theory and the historical geography of modernity. **Environment and Planning D: Society and Space**, v.3, n.11, p.303-322, fev.1993.

HUSSERL. Edmund. Philosophy as Rigorous Science. Translated by Quentin Lauer. In.: **Phenomenology and the Crisis of Philosophy**. New York, NY: Harper Torchbooks, 1965. pp. 69-147.

HUSSERL. Edmund. **A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental**: uma introdução à filosofia fenomenológica. (Trad. Diogo Falcão Ferrer) Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LEY, David. **A social geography of the city**. New York: Harper & Row, 1983.

MARANDOLA JR, Eduardo; DE MELLO, Leonardo Freire. **Abordagem do lugar no planejamento urbano**. GEOGRAFARES, nº 7, 2009.

MELGAÇO, Lucas. A cidade de poucos: condomínios fechados e a privatização do espaço público em Campinas. **Boletim Campineiro de Geografia**, v.2, n.1, p.81-105, 2012.

MITCHELL, Don. **The Right to the City: social justice and the fight for public space**. New York, 2003.

MITCHELL, Don. Introduction: public space and the city. **Urban geography**, n.17, p.127-131, 1996.

NYGAARD, Paul D. **Planos diretores de cidades**: discutindo sua base doutrinária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

OLIVEIRA, Nythamar de. Habermas, o mundo da vida e a “terceira via” dos modernos. In.: Oliveira, N. **Tractatus ethico-politicus**: genealogia do ethos moderno. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

RODRIGUES, Arlete M. O espaço urbano e as estratégias de planejamento e produção da cidade. In: PEREIRA, E. M. (Org.) **Planejamento urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas**. Chapecó: Argos, 2008.

ROLNIK, Raquel. **De dentro para fora**: será que São Paulo está valorizando mais seus espaços públicos? *blog da Raquel Rolnik*. [Disponível em: <http://raquelrolnik.wordpress.com/2012/10/25/de-dentro-para-fora-sera-que-sao-paulo-esta-valorizando-mais-seus-espacos-publicos/>]

SEAMON, David. Lived Bodies, Place, and Phenomenology: Implications for Human Rights and Environmental Justice. **Journal of Human Rights and the Environment**, vol. 4, n. 2, 2013) [special issue on —human bodies and material space]

SEAMON, David. Body-subject, time-space routines and place-ballets. In: BUTTIMER, Anne e SEAMON, David (Orgs.) **The human experience of space and place**. Londres: Croom Helm, 1980. p. 148-165.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. (trad. Lygia Araujo Watanabe) São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERPA, A. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. **Geosp** – Espaço e Tempo, São Paulo, n.15, p.21-37, 2004.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. (trad. Sérgio M. dos Reis) In: VELHO, O. G. (Org.) **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. pp.11-25.

TOURAINÉ, A. **Critica da modernidade**. (trad. Elia Ferreira Edel) Petrópolis: Vozes, 1994.

¹ *Die Krisis der europäischen Wissenschaften und die transzendentale Phänomenologie: Eine Einleitung in die phänomenologische Philosophie (1936)*.